



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

AS PRÁTICAS DE LAZER EM UMA FAVELA CARIOCA: DA ESSENCIALIZAÇÃO AO COMPARTILHAMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DA DISTINÇÃO SOCIAL E ESPACIAL ENTRE JOVENS NA CIDADE

Fabíola Nascimento Camilo
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UERJ
fabiola.nc@ig.com.br

Introdução

As favelas cariocas costumam estar em evidência no debate público e nas discussões acadêmicas, quando são analisadas enquanto territórios privilegiados de estudo sobre as desigualdades sociais produzidas em nossa sociedade. Predominantemente, destacam-se as análises e os estudos sobre a precariedade dos serviços públicos ligados aos direitos sociais destes cidadãos.

A partir das últimas décadas do século XX até os dias atuais, o tema da violência ampliou o seu espaço na discussão acadêmica, principalmente no que se refere às avaliações das políticas de segurança pública e as estratégias dos governos para combater a criminalidade violenta nos territórios das favelas.

Abordar o tema do lazer, enquanto fenômeno social é uma tentativa de explorar uma chave analítica que considero ainda pouco recorrente nos estudos sobre as favelas. As práticas sociais desenvolvidas e criadas nos seus cotidianos e contextos sociais, as interações face a face, os estilos de vida, bem como as dinâmicas de segregação e exclusão experimentadas por seus moradores, acredito que também podem ser analisadas a partir da dinâmica das práticas de lazer.

O presente estudo tem a Rocinha como território de referência e o trabalho de campo foi desenvolvido, prioritariamente, em um espaço de lazer específico - uma casa de show localizada na subida da favela, próxima ao bairro de São Conrado. Na construção do objeto da pesquisa foram levantadas questões sobre a dinâmica do lazer, sociabilidade entre os jovens, o funk como a principal modalidade de música oferecida para este público específico, a coexistência de outras opções de diversão, as imagens e representações das favelas no Rio de Janeiro, entre outros. Meus dados foram coletados



através de entrevistas realizadas com freqüentadores e/ou moradores e da observação participante.

A composição deste trabalho envolve um duplo posicionamento da autora com as questões aqui tratadas. Por um lado, o meu histórico e vivência pessoal, enquanto moradora da Rocinha, há mais de vinte anos, me aproxima do objeto desta pesquisa, uma vez que compartilho de muitas práticas de lazer que se desenvolvem no local. E é importante levar em conta outras experiências sociais que experimento neste contexto.

Por outro lado, a condição de pesquisadora no campo das ciências sociais me obriga fazer um *distanciamento* daquilo que a princípio é *familiar* (VELHO 1978). Ao mesmo tempo é uma oportunidade de relativizar o familiar “conhecido” e elaborar reflexões baseadas na dimensão empírica do objeto, atrelando questões teóricas e metodológicas, propostas por uma “pesquisadora nativa”.

Conhecida popularmente como uma das maiores favelas da América Latina, a Rocinha é um enclave social localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gávea e de São Conrado, área composta por segmentos sociais de alto poder econômico. Desde o ano de 1993, o decreto-lei nº1995 criou o bairro da Rocinha e delimitou as suas dimensões territoriais. Nela existem pelo menos 24 sub-áreas, ou seja, localidades internas identificadas por nomes específicos, como por exemplo, Rua 1, Rua 2, Rua 3, Curva do S, Laborioux, Cachopa e etc.

Os números sobre o total de moradores da Rocinha sempre levantaram inúmeras controvérsias e revelam-se imprecisos, variando de 56 mil a 200 mil habitantes, com dados oriundos de diversas fontes. O censo do IBGE/2000 estimou 56 mil habitantes. O Censo Familiar do Complexo da Rocinha, realizado pelo governo do estado e divulgados no ano de 2009, em parceria com as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), divulgaram um número aproximado de 100 mil habitantes, enquanto as associações de moradores locais estimam que a população total seja de 200 mil habitantes.

De certa forma, a Rocinha expressa as contradições e desigualdades sociais, no que tange a ocupação do espaço urbano, a distinção entre classes sociais e as concepções simbólicas, que grosso modo constroem o imaginário social sobre as favelas. Além disso, a visibilidade midiática dos contrastes sociais a partir da



localização desta favela em uma área da cidade privilegiada economicamente pode servir para reforçar discursos baseados em relações de oposição, que geralmente se referem à oposição entre a pobreza e a riqueza e as belezas naturais da “cidade maravilhosa”, ou entre a “favela” e o “asfalto”.

No entanto, ela não deve ser vista como uma espécie de síntese do que poderia ser “a favela”, ou modelo típico da forma como se apresentam as desigualdades sociais no contexto da cidade. As particularidades locais indicam uma pluralidade de situações e contextos sociais e econômicos, os quais um único exemplo não contemplaria.

Trabalhar com uma lente de aumento sobre as práticas sociais de lazer significa enfatizar esta dimensão da vida social, na construção de análises que busquem compreender as relações sociais entre os indivíduos por um ângulo um tanto quanto desprestigiado ou visto como menos importante.

Partindo da perspectiva da antropologia urbana e da pesquisa etnográfica *de perto e de dentro* adotada por Magnani (2002), esta análise pode ser vista como mais uma possibilidade de reflexão a partir do cotidiano, das práticas sociais e da dinâmica social, produzida e orientada pelos arranjos dos atores sociais em seus contextos. Podem ser observados e tratados aspectos que transitam entre as esferas macro e micro da sociedade de maneira inter-relacionada.

Não se trata de ignorar as análises até então produzidas sobre as favelas, especialmente sobre a Rocinha, dentre as quais predominam as abordagens sobre as situações de violência, pobreza, “falta” de recursos, direitos de cidadania, questão ambiental ou problemas de saúde pública, que afetam os seus moradores. Sem dúvida, tais assuntos são cruciais para todos os indivíduos, moradores ou não das favelas, e para a compreensão dos problemas urbanos da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, o meu foco de análise são as práticas de lazer na Rocinha e o que elas significam para seus moradores, no sentido de representar formas de estabelecer relações sociais e *contatos mistos* “dentro” ou “fora” da favela (GOFFMAN,1982). Por outro lado, busco identificar se os estigmas e preconceitos que recaem sobre os moradores de favela se sustentam nestes momentos de diversão e de que forma eles expressam visões essencializadoras sobre a vida nas favelas, a partir da ênfase em determinadas características que buscam definir estes territórios.



Estas questões orientaram o meu trabalho de pesquisa para a dissertação, mas neste texto vou me deter apenas em algumas reflexões sobre a última questão apresentada.

A produção de argumentos essencializadores sobre as favelas

Apontando o foco desta reflexão para as tendências essencialistas, que tangenciam as análises sobre as favelas, é importante ressaltar que a produção de conhecimento científico sobre “a favela” compartilha de abordagens que podemos considerar portadoras destas tendências ao longo do seu desenvolvimento.

As análises elaboradas pelos discursos acadêmicos, pelas agências governamentais ou por outros atores sociais, como por exemplo, as ONG's, criaram representações sociais influenciadas por muitas ideias e teorias construídas historicamente, que buscaram caracterizar as favelas, assim como tentaram definir este território.

Valladares (2005) no livro *A invenção da favela* apresenta as abordagens acadêmicas sobre a favela, que resultaram nas várias formas de representá-la. A autora percorre o período das décadas iniciais do século XX até o início do século XXI e demonstra, que o processo de construção da argumentação e das teorias sobre a favela é marcado pela estigmatização dos pobres e da pobreza.

No campo das Ciências Sociais, esta mesma autora baseada em um levantamento da produção de trabalhos acadêmicos feitos a partir da década de 70 nas universidades brasileiras, indica três questões a serem consideradas no percurso da representação social da favela construída pelo conhecimento científico deste campo:

a) o reconhecimento da favela como um tema que as ciências sociais devem estudar; b) as tentativas para conceituar esse objeto a partir das teorizações da pobreza urbana e do debate sobre a moradia popular, e c) a consolidação e generalização de dogmas, resultantes especialmente de estudos e conclusões de pesquisas universitárias. (VALLADARES, 2005, p. 119)

Ao tratar da última questão, a autora coloca os dogmas recorrentes sobre a favela e como eles foram compartilhados pela maioria dos pesquisadores em seus trabalhos acadêmicos.



O primeiro dogma estaria ligado à concepção da favela como “específica” e “singular”, no sentido de que neste local se desenvolve uma dinâmica social diferenciada de outros espaços na cidade. Tal perspectiva é identificada quando são enfatizadas as questões sobre a irregularidade das habitações e a ilegalidade da ocupação do território. Dentre as áreas de conhecimento que se debruçam sobre estas questões encontram-se tanto a perspectiva jurídica, como também aquela relacionada à racionalidade que orienta as áreas como a geografia, o urbanismo, a arquitetura e os órgãos de governo. Tais áreas se preocupam com a instauração da ordem, quando se avaliam as condições socioeconômicas e as características populacionais das favelas.

A autora afirma que muitos trabalhos acadêmicos fazem referência a “uma cultura da favela” de maneira reducionista e enviesada. Isto promoveria uma demarcação enfática da identidade desses espaços na medida em que “a favela condicionaria o comportamento de seus habitantes, em uma reativação do postulado higienista ou ecologista da determinação do comportamento humano pelo meio” (VALLADARES, 2005, p. 150).

O segundo dogma está vinculado à ideia de que a favela é o território dos pobres e conseqüentemente da pobreza. Há uma associação direta entre as características dos moradores de favela com a pobreza e daí este espaço também passa a ter esta característica como fundamental. As teorias do início do século, sobre a marginalidade social e da favela como solução para a habitação popular, reforçam esta concepção.

Além disso, existe a aceitação por parte de muitos pesquisadores de que a favela é o campo privilegiado para o estudo dos problemas e das desigualdades sociais resultantes da pobreza, priorizando muitas das vezes, questões que enfatizam o espaço físico frente à complexidade das relações sociais. A autora argumenta que o termo favelado possui uma carga simbólica pejorativa, onde se concentra uma série de aspectos e características, que mantém o processo de estigmatização da favela e do favelado.

Silva (2002) também chama atenção para a categoria de favelado ao analisar que apesar das lutas políticas e reivindicações dos movimentos sociais urbanos, propondo uma pauta de demandas visando melhores condições de vida nas favelas, esta organização ainda não foi suficiente para garantir um padrão de integração social



urbano da favela à cidade de forma não subalternizada. A categoria social de “favelado” segundo o autor, surge como a expressão de um processo de constituição social, pautado na subordinação e por um grande diferencial de poder destes em relação a outros estratos sociais.

A observação feita por Valladares sobre o terceiro dogma, diz respeito à utilização da favela como categoria de análise científica ou política, e recomenda-se cautela, pois “ainda que todos reconheçam tratar-se de uma realidade múltipla, todos se deixam levar pelo hábito de reduzir um universo plural a uma categoria única” (VALLADARES, 2005, p.151).

O conceito de *margem* proposto por Das e Poole (2008) pode ser usado de maneira aproximada para entender as favelas como *as margens* do Estado, que, no entanto, são produzidas pelo mesmo e estão inseridas nele. Porém, são desenvolvidas modalidades de relação institucional entre o Estado e as suas margens, que reforçam alguns aspectos essencialistas, principalmente aqueles que desvinculam as favelas da “cidade formal”. A partir disso, as *margens* têm dificuldades para usufruir o modelo formal de democracia e cidadania universal.

As autoras argumentam que Estado e margem não são oposições binárias, pois ambos são constituídos de práticas sociais e locais, onde estão conjugados aspectos do *legal e extralegal*. Além disso, tanto o Estado como a sociedade civil compartilha a ideia de que as favelas podem ser consideradas como *territórios de exceção* (DAS E POOLE, 2008). Nestes territórios, se desenvolvem modalidades de ação diferentes sobre a sua população, promovendo a solidificação dos estigmas e preconceitos sobre as formas de viver destes indivíduos, que geralmente são criminalizados de forma indiscriminada.

Tais questões nos fazem pensar a respeito dos motivos pelos quais as favelas cariocas costumam ser vistas como o primado da ilegalidade pelo Estado e por muitos segmentos da sociedade, que compactuam com as ações extremamente violentas de repressão nestes territórios. Tal fato é considerado legítimo, uma vez que nestes *territórios de exceção*, supostamente, vigoraria apenas a desordem e a ilegalidade, e somente o Estado teria condições de restabelecer a ordem, mesmo que para isso o uso da força seja feito de forma desmedida.



Os discursos recorrentes no senso comum também estão embasados por caracterizações que se remetem desde à “falta” de infraestrutura e ordenamento urbano no território das favelas, chegando à argumentação que salienta a penetração da desordem e da ilegalidade, quase inevitável, nas dinâmicas sociais ligadas às rotinas cotidianas e às práticas sociais diversas.

As colocações feitas acima indicam que as tentativas de caracterização e definição da “favela” faz parte de um processo histórico e está vinculado ao contexto social de produção das várias teorias relacionadas às favelas, que influenciaram a construção de imaginários e representações sociais sobre elas.

Atualmente, a mídia também tem papel importante na difusão de informações e dos principais argumentos essencializadores sobre as favelas, relacionados a diversos aspectos, tais como: geográfico (territorial), comportamental/moral (índole dos indivíduos), geracional (a juventude como “problema”), governamental (políticas e projetos sociais), militar (“guerra” ao tráfico de drogas e pacificação) e vida cotidiana (estilo de vida e práticas sociais), sendo que a respeito deste aspecto destacam-se neste trabalho as práticas de lazer.

Cabe reafirmar o argumento de Valladares (2005) de que as favelas são heterogêneas e, portanto, os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e tantos outros, são diferentes entre elas. O uso do termo favela deve ser feito no plural e não no singular. Tal argumento é bastante disseminado na academia, principalmente nas áreas das ciências humanas, mas ainda é pouco conhecido, se considerarmos as concepções correntes no senso comum.

A Rocinha é uma favela que por diversos motivos costuma ter grande visibilidade na mídia, sejam pelos episódios de conflito violento, desastres provocados por enchentes e situações classificadas como desordem social e urbana de forma genérica (habitação, “gatos” de luz, venda de mercadorias e comércios locais não registrados oficialmente).

Por outro lado, alguns aspectos da vida cotidiana neste território costumam ser tratados como “curiosidades” e podem ser abordados sob vários “tons”: a) o tom exótico: refere-se ao fato deste território ter se tornado ponto turístico para estrangeiros; b) o tom moral: que transita entre a valorização moral da identidade de morador,



enquanto trabalhador, numa relação de oposição com a identidade de bandido. Além disso, é recorrente o julgamento moral do comportamento dos jovens moradores de ambos os sexos, baseados em argumentos que exploram a iniciação sexual e a maternidade precoce, o desinteresse pela escola e pelo trabalho e a prática de atividades, muitas delas de lazer, consideradas “perigosas”, “degradantes” e culturalmente empobrecidas, como o funk. O teor moralizante destas avaliações gera tipificações, que delimitam e buscam identificar práticas de contaminação ou de limpeza moral, desenvolvidas pelos moradores de favela, ou seja, a coexistência da possibilidade do envolvimento com atividades ilícitas ou que estejam relacionadas ao *ethos* de trabalhador. c) o tom legal versus ilegal: indica que os territórios de pobreza são ambientes propícios para o desenvolvimento de atividades ilegais, e ao mesmo tempo apresenta como solução, o restabelecimento da ordem legal pelo Estado, através da repressão ao crime pelo uso da força policial, muitas vezes de forma desmedida. d) o tom econômico: focado principalmente no desenvolvimento das atividades comerciais locais e nos diferentes padrões de consumo entre os moradores, enfatizando o consumo de luxo em oposição às condições de vida precárias na favela. e) o tom social: referidas às ações do governo voltadas para o atendimento das demandas sociais básicas pautadas nos direitos sociais e de cidadania (saúde, educação, saneamento, lazer, cultura, etc.), visando o melhoramento das condições de vida, seja através de políticas públicas ou projetos sociais em parceria com ONGs.

Para Silva (2007) estaria configurada uma *crise de representação* em relação às favelas na medida em que não se considera a historicidade e a espacialidade do processo de crescimento das favelas e não se consegue observar a “correspondência entre o objeto representado e a imagem hegemônica que dele se tem” (SILVA, 2007, p.215). Tal fato contribuiria para o surgimento de representações estereotipadas das favelas baseadas no *sociocentrismo*:

O sociocentrismo se materializa quando, a partir dos padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, consolida-se um conjunto de comparações com outros grupos, situados, em geral, em condições de inferioridade. Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares seguem esse padrão. Eles são definidos por suas ausências, devido ao fato de não serem reconhecidos como espaços legítimos. (SILVA, 2005, p.215 e 216)



O sociocentrismo estaria assentado em duas perspectivas, uma *conservadora*, na qual os moradores de favela são vistos como criminosos em potencial ou conivente com as práticas ilícitas. A outra é a *progressista*, que não representa grande avanço, uma vez que considera estas pessoas como vítimas passivas da realidade social a qual estão submetidas, estimulando ações paternalistas de cidadania, principalmente no que diz respeito aos direitos sociais.

O *individualismo* também seria a forma pela qual tais pessoas tentariam se “salvar” como podem do processo de exclusão social. Isto serviria de justificativa para a utilização de meios ilícitos e para o desrespeito de certos direitos coletivos (como a tolerância diante do gato de luz e água, e a apropriação do espaço público coletivo de maneira privada), individualizando o processo de resolução de problemas coletivos.

Por fim, o autor comenta que até mesmo as práticas sociais ligadas à diversão, ou seja, a forma como os moradores de favela vivem a dimensão da vida composta por suas práticas de lazer é vista como algo exclusivamente alienante e julgado como ridículo, bestial e fora dos padrões racionais de comportamento da vida urbana, diferente dos padrões sociais compartilhados no âmbito formal e racional dos espaços da cidade formal.

Portanto, boa parte dos projetos sociais e políticas públicas promovidas pelo governo, principalmente ligadas às áreas de cultura e lazer, este último muitas vezes entendido como atividades esportivas, são criadas seguindo a orientação destes padrões predominantes. Tais ações entram em conflito com os padrões culturais e as sociabilidades locais das favelas.

O intuito destas ações na maioria das vezes é alcançar uma mudança de comportamento e disciplinarização da vida, principalmente dos jovens moradores de favelas que passaram a ser considerados “problemas”, e desta forma subestima-se o processo de construção social e cultural destes indivíduos. É importante salientar esta questão, pois ao longo de suas vidas, os moradores de favela (crianças, jovens, adultos e idosos) convivem com seus familiares, vizinhos, instituições sociais e contexto social local, no qual estão imersos. Portanto, o desenvolvimento de suas práticas sociais e as experiências sociais cotidianas está influenciado pelos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais que estão entrelaçados toda dinâmica da vida social.



A essencialização das práticas de lazer na favela

Proponho compreender alguns aspectos da dinâmica social da Rocinha, especialmente as práticas de lazer de seus jovens moradores, pois acredito que esta é uma dimensão da vida importante para se compreender a vida cotidiana neste local.

Afasto-me da perspectiva que considera o lazer e as práticas ligadas a ele, como momentos irrefletidos, destinados à alienação ou à passividade dos indivíduos nos momentos de diversão, que teria como função primordial amenizar as dificuldades do cotidiano. Não ignoro, no entanto, a discussão sobre a influência da produção da indústria cultural sobre o público consumidor de atividades de entretenimento e lazer diversos (ADORNO, 2002) e os contextos sociais diferenciados economicamente e culturalmente, que repercutem em formas de “consumir cultura” e de consumir lazer de formas distintas e desiguais.

As práticas de lazer devem ser analisadas como mais uma dimensão da vida social *em relação* com todas as outras e, portanto, não estaria submetida a nenhuma outra dimensão mais importante ou relevante para compreender a vida social. A classificação de *tempo livre* e *tempo de trabalho* ultrapassa a ideia de uma oposição simplificada entre estes dois “tempos”. Ela depende de como as atividades nestes tempos são reconhecidas como atividades de lazer ou de trabalho, e estas definições não estão dadas na sociedade, pois são elaboradas pelos indivíduos em determinadas situações sociais e contextos (ELIAS & DUNNING, 1991).

Segundo Bourdieu (2008) as práticas de lazer também são depositárias de um *habitus* de classe, que faz referência ao um estilo de vida e gosto de classe, desenvolvidos pelos indivíduos ao longo de sua vida, relacionado ao posicionamento destes na estrutura social. Portanto, a distinção social se estabelece pelos diferentes gostos de classe e estilo de vida, que se remetem ao capital econômico e cultural, escolarização, bem como a circulação e o compartilhamento de espaços sociais, que consolidam o pertencimento de classe entre os indivíduos.

As práticas de lazer, portanto, reúnem os indivíduos e são reveladoras na medida em que os colocam em situações e experiências sociais diferenciadas de acordo com os



contextos e os espaços sociais de circulação. Por outro lado, elas são engendradas e estão imersas nos conflitos sociais presentes na nossa sociedade de maneira geral, sobretudo, quando nos referimos às favelas, em função da segregação espacial, da inserção desigual delas à cidade e dos estereótipos e estigmas que recaem sobre seus moradores.

Geralmente os moradores de favela são identificados através de relações de oposição às ideias e às experiências sociais ligadas à ordem urbana e social, configurando-se no “Outro” da cidade. Este “Outro” encarna o mal, o perigo, o comportamento violento, o crime, a promiscuidade, a ilegalidade e outras características de contaminação social, que foram historicamente atreladas à pobreza e ao território das favelas.

Os jovens moradores de favela é o segmento que atualmente é mais afetado por tais estigmas e estereótipos, que repercute em ações e discursos que promovem avaliações do estilo de vida deste segmento baseados em argumentos moralizantes ou criminalizantes.

Proliferam-se visões preconceituosas, onde novamente identifica-se a tendência essencializadora ao atribuir aos jovens moradores de favela determinadas características, tais como: a inconseqüência, a falta de expectativa e o desinteresse pela educação, a iniciação sexual precoce atrelada aos laços de maternidade e paternidade assumidos na adolescência, os comportamentos promíscuos, a indisciplina e a “atração pelo mundo do crime”.

Consequentemente, as suas práticas cotidianas nas favelas ou nas periferias são criminalizadas, tendo em vista o próprio desenvolvimento delas neste território, que é criminalizado pela situação de pobreza e violência.

Uma das práticas de lazer, que se desenvolve nas favelas e passa por um processo de estigmatização e criminalização é o estilo musical *funk* e os seus bailes. Este estilo musical, por sua vez, também se expressa pelo estilo do *funkeiro*, que reúne marcas sociais e culturais expressas através da vestimenta, da dança, das gírias, do local de frequência dos bailes e do território de moradia. Porém, esta prática de lazer também contribui para tipificar e identificar os jovens moradores de favela de maneira indiscriminada.



Estabelecendo aproximações com o contexto de rejeição e perseguição social que ocorreu com o samba e seus adeptos no início do século XX, o funk é um estilo musical que faz parte das manifestações culturais ligadas aos segmentos populares ou à classe subalternizada de nossa sociedade, especificamente quando se enfatiza as manifestações culturais das favelas cariocas.

Remontar a história do funk carioca não é o objetivo deste trabalho, mas é importante lembrar que este estilo musical tem sua história específica e passou por várias fases desde a sua constituição em meados da década de 70 até os dias atuais. Este estilo musical, juntamente com as práticas e dinâmicas sociais analisadas a partir dele tem despertado a curiosidade de vários pesquisadores e produções acadêmicas importantes, como por exemplo, *O mundo funk carioca* de Hermano Vianna (1988).

Refletindo e atualizando a discussão sobre as dinâmicas sociais engendradas a partir dos bailes funk é importante frisar que não se pode analisar esta atividade de forma reduzida, associando diretamente este estilo musical ao crime, à violência e à pobreza. Os discursos proferidos principalmente pelos representantes do governo, preocupados com a manutenção da ordem e segurança pública, através do combate ao crime (facções de traficantes de drogas) criminalizam este estilo musical e seus adeptos, na medida em que as favelas, assim como foi colocado na discussão acima, seria o território da desordem e da ilegalidade.

No Simpósio de Pesquisadores do Funk Carioca¹ as reflexões que tomaram conta dos debates ao longo do evento destrinchavam o funk, enquanto manifestação cultural que se espalhou pela cidade do Rio de Janeiro, bem como pelo Brasil. O funk é uma música que atualmente não é tocada e dançada exclusivamente nos territórios das favelas cariocas.

O questionamento que deve ser levantado e analisado refere-se ao fato que o funk é criminalizado nos territórios de favela, visto que em boates da zona sul, em casas de show noturnas da região turística da Lapa no centro da cidade do Rio de Janeiro, em

¹ Este simpósio foi realizado no mês de maio de 2011, na Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o PPG em Psicologia/NUCC/Instituto de Psicologia e PPG Neolatinas/Faculdade de Letras. O evento contou com a participação e promoveu o debate entre pesquisadores especialistas no tema, a partir de diferentes focos de análises e áreas de conhecimento.



clubes do subúrbio, nas “chopadas” universitárias, este estilo musical e a dança estão presentes. Porém, o público frequentador se distingue dos moradores de favela, pelas suas características sociais, econômicas e culturais, que provavelmente não são compartilhadas e nem associadas diretamente ao estilo de vida dos moradores de favela.

Os diferentes espaços de lazer e suas atividades traçadas na *mancha* de lazer (MAGNANI, 2002) criada ao longo da pesquisa que realizei na Rocinha, onde identifiquei diferentes formas de diversão no território desta favela, têm como um de seus principais objetivos, indicar o caráter heterogêneo da dinâmica de lazer na Rocinha. Ou seja, as práticas de lazer acontecem em vários espaços, tais como: ruas, casas de show, lajes de residências, praças públicas, bares, restaurantes, praia, quadras poliesportivas, lan houses e equipamentos públicos de lazer na Rocinha (Complexo Esportivo da Rocinha) ou em outros bairros, assim como equipamentos privados, cinemas, boates, shoppings centers e etc.

Apesar da predominância e preferência do estilo musical funk dentre os participantes da pesquisa, o pagode e o forró também estão muito presentes no cotidiano destes moradores. O forró, inclusive, pode ser reconhecido como uma marca da presença nordestina na composição social dos moradores da Rocinha. Além disso, são realizadas festas “haves” (de música eletrônica), festas para o público gay, micaretas de música baiana durante o carnaval, shows com artistas nacionais famosos e até internacionais.

A partir disso, observei que as práticas de lazer de seus moradores se distinguem, uma vez que existem opções diversas nesta favela ou em outros espaços de lazer localizados nos bairros próximos e pela cidade de maneira geral. Também é importante considerar que as práticas sociais decorrentes das sociabilidades desenvolvidas neste território, especialmente aquelas relacionadas às práticas de lazer são constituídas de maneira híbrida, fluida e multifacetada.

Com isso, é criado um caldo mesclado de referências culturais, que influenciam as práticas sociais e de lazer, e propagam diferentes estilos de vida. Por sua vez, as práticas sociais no cotidiano são criadas, copiadas ou reinventadas, conforme as experiências sociais compartilhadas pelos indivíduos “dentro” ou “fora” da Rocinha.



Insisto em dizer que preferências e predominância de algumas atividades de lazer, como por exemplo, aquelas que envolvem o estilo musical funk, não justificam a tipificação de tais atividades como características essenciais e exclusivas da Rocinha ou das favelas cariocas em geral.

Da mesma forma, devemos nos referir aos jovens moradores de favela, como juventudes, que indica tanto a pluralidade da constituição dos jovens em cada favela carioca, com traços que os aproximam, bem como os distinguem também dentro das favelas. Nas favelas existem as juventudes ligadas à religião, a estilos musicais (rock, samba, pagode, funk, MPB), às artes plásticas, cênicas e dança (grupos de teatro, grupos de dança, etc.), ao campo educacional (os pré-vestibulares comunitários), aos movimentos sociais, dentre outros.

Por fim, a “juventude” das favelas passa a ser um grupo social que sente os efeitos perversos do preconceito e estereótipos que recaem sobre os moradores de favela de maneira geral, e especificamente, quando são associados à imagem do funkeiro, de forma homogeneizante.

Os jovens moradores de favela, atualmente se transformaram no público priorizado e contemplado pelos projetos, políticas e ações sociais governamentais ou ligadas a ONG's, em várias áreas, tais como: saúde, educação, segurança, cultura e trabalho. Este grupo passou a preocupar grande parte da sociedade na medida em que é visto como aqueles que vivem em condições de “risco” e vulnerabilidade social, transformando-se em um “problema”. Tal fato justifica a perspectiva de projetos que se aproximam de propostas “civilizadoras” e de “salvação” de jovens da situação de barbárie e do “mundo do crime” praticamente inevitável ao qual estariam expostos.

A condição de morador de favela representa mais um agravante, quando associado ao fenótipo negro e ao sexo masculino, pois estas marcas sociais possuem cargas simbólicas construídas historicamente a partir de estereótipos e preconceitos, que promoveram o processo de criminalização da pobreza. Com isso, este grupo social passa a ser entendido como “um perigo iminente”, principalmente para os moradores da cidade formal.

Estatísticas produzidas por estudos e relatórios vinculados às instituições governamentais ou acadêmicas verificam a concentração de altos índices de morte



violenta entre a população na faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade. Os estudos indicam que a maioria é composta por negros, do sexo masculino, possuem baixa renda e são moradores de favela ou periferia das grandes metrópoles, segundo indica Silvia Ramos (2004).

As variáveis cor e idade, combinadas, também são um fator de risco para ser considerado suspeito pela polícia. Os jovens pobres, predominantemente negros, moradores de favelas e das periferias dos grandes centros são os suspeitos preferenciais da polícia. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, na cidade do Rio de Janeiro, revelou que 57,9% das pessoas paradas pela polícia andando a pé na rua têm entre 15 a 29 anos. Por sua vez, considerando pessoas paradas em todas as abordagens policiais, os negros sofrem revista corporal em 55% das vezes em que são abordados, contra 32,6% das vezes quando os brancos são abordados. (RAMOS, 2004, p.5)

A divulgação e a avaliação das imagens veiculadas pelos meios de comunicação deixam a sociedade em estado de alerta, pois indicam que os jovens com tais características são tanto vítimas de violência ou do crime violento, como podem ser autores da mesma.

Segundo Castro (2004) a errância dos jovens pobres é vigiada e por vezes estão fundadas em estereótipos, pois estes teriam que se preocupar em estudar e trabalhar para mudar a sua situação social.

A juventude moradora das favelas está envolvida em situações sociais múltiplas e por isso não é apropriado encerrar este conceito a partir da tentativa de definir um perfil social característico deste grupo. As análises destas situações devem reconhecer além das variadas problemáticas que abrangem os jovens, partir do pressuposto de que não existe a “juventude”, mas sim “juventudes”. Portanto, o termo jovem não está restrito a definições cronológicas feitas de maneira rígida e arbitrária (NOVAES, 1997), mas envolvem questões mais complexas para identificar os grupos de jovens em seus contextos sociais.

As juventudes são diversas dentro de uma mesma favela, constituídas por aspectos comuns ao que se refere a alguns aspectos do desenvolvimento das sociabilidades nestes territórios, mas isto não implica no sufocamento das diferenças e homogeneização do estilo de vida destes jovens.

Referências bibliográficas



ADORNO, T. W. Tempo livre. In: *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

CASTRO, L. R. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DAS, V. y POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. In: *Cuadernos de Antropologia Social*, nº 27, pp. 19-52. Buenos Aires: UBA, 2008.

ELIAS, N. e DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1991.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

MAGNANI, J. G. C. (2002), De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49.

RAMOS, S. *Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência*. (2004). Disponível em: http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/biblioteca/outros/artigos/ramos_01.pdf. Acesso em: 16/06/2011.

NOVAES, R. R. Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Hermano Vianna (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SILVA, L. A. M. A continuidade do 'Problema da Favela'. In: L.L. Oliveira (org.), *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2002.

SILVA, J. de S. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. (Milton Santos et al.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VALLADARES, L. P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.